

Legislação aplicável para o licenciamento de manejo de vegetação nativa

*Cartilha para os órgãos
municipais de meio ambiente*



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA



FAMURS
É no município que tudo acontece.



Fepam
30 ANOS

Legislação aplicável para o manejo de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica



O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com o apoio da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS -, da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA - e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEPAM -, visa, com a presente publicação, reforçar seu compromisso institucional de orientar os gestores e técnicos municipais.

No âmbito de suas atribuições, a SEMA e a FEPAM delegam conjuntamente aos Municípios a competência para gestão florestal no Bioma Mata Atlântica, através de Termos de Cooperação, desde que estes estejam devidamente qualificados e independentemente do percentual de área municipal considerada como parte do Bioma. Para os casos em que o município não seja conveniado ou que a atividade exceda as delimitações de impacto local previstas na Resolução CONSEMA nº 372/2018, a competência para o licenciamento de manejo da vegetação nativa permanece com o Estado.

A Lei Federal nº 11.428/2006 e o Decreto Federal nº 6.660/2008 dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma da Mata Atlântica. Contudo, o licenciamento ambiental e a fiscalização de atividades que envolvam o manejo de vegetação nativa exigem dos órgãos ambientais o conhecimento de toda a legislação vigente e uma aplicação integrada da mesma.

Considerando o vasto arcabouço legal existente, esta Cartilha destaca as principais normas referentes à proteção e ao manejo de vegetação nativa, elencando alguns regramentos correlatos, como os que tratam do transporte de matéria-prima florestal, da gestão de unidades de conservação, da regularização ambiental, entre outros, e alguns links para acessar informações.

Leis Federais



- Lei 12.651 de 2012. – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. [Acesse aqui.](#)
- Lei 11.428 de 2006. Lei da Mata Atlântica. [Acesse aqui.](#)
- Lei 12.854 de 2013. Lei da recuperação florestal e sistemas agroflorestais. [Acesse aqui.](#)
- Lei Complementar 140 de 2011. Lei das competências de gestão ambiental. [Acesse aqui.](#)
- Lei 11.326 de 2011. Lei da agricultura familiar. [Acesse aqui.](#)
- Lei 9.985 de 2000. SNUC. [Acesse aqui.](#)
- Lei 9.605 de 1998. Lei de crimes ambientais. [Acesse aqui.](#)
- Lei 6.938 de 1981. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. [Acesse aqui.](#)
- Lei 6.766 de 1979. Lei de parcelamento do solo. [Acesse aqui.](#)
- Lei 5.197 de 1967. Lei sobre a fauna. [Acesse aqui.](#)

Decretos Federais




- Decreto 8.235 de 2014. Regulamenta o CAR instituído pela Lei 12.651. [Acesse aqui.](#)
- Decreto 7.830 de 2013. Regulamenta o CAR instituído pela Lei 12.651. [Acesse aqui.](#)
- Decreto 6.660 de 2008. Decreto da Mata Atlântica que regulamenta a Lei 11.428. [Acesse aqui.](#)

- Decreto 6.514 de 2008. Decreto de sanções e penalidades administrativas que regulamenta a Lei 9.605. [Acesse aqui.](#)
- Decreto 4.340 de 2000. Regulamenta o SNUC. [Acesse aqui.](#)



Instruções Normativas Federais

- Instrução Normativa IBAMA 021 de 2014. Define regras do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa MMA 002 de 2014. Ato ministerial que determina e define os procedimentos gerais para o cadastro ambiental rural. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa IBAMA 006 de 2013. Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa ICMBio 005 de 2009. Pedidos de Autorização para UC's Federais. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa MMA 005 de 2009. Metodologias para recuperação e restauração de APP. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa MMA 004 de 2009. Critérios para uso da RL. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa MMA 003 de 2009. Critérios para plantios de exóticas e nativas fora de APP e RL. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa 187 de 2008. Define padrões para o sistema DOF e altera IN 112 de 2006. [Acesse aqui.](#)
 - Instrução Normativa MMA 06 de 2008. Lista da flora nativa ameaçada de extinção. [Acesse aqui.](#)
- 


- Instrução Normativa IBAMA 154 de 2007. Cria o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - Sisbio e define normas e condições de coleta de material biológico. [Acesse aqui.](#)
- Instrução Normativa IBAMA 112 de 2006. Rege as normas sobre o sistema DOF. [Acesse aqui.](#)

Portarias Normativas Federais

- Portaria MMA 443 de 2014. Reconhece as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da “Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção”. [Acesse aqui.](#)
- Portaria MMA 463 de 2018. Define as áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. [Acesse aqui.](#)
- Portaria MMA 253 de 2006. Substitui a autorização para transporte de produtos florestais (ATPF) pelo sistema DOF. [Acesse aqui.](#)
- Portaria IBAMA 37 de 1992. Lista de espécies ameaçadas de extinção. [Acesse aqui.](#)
- Portaria Normativa IBDF (IBAMA) DC-20 de 1976. Proíbe o abate da Araucária e coleta de pinhão. [Acesse aqui.](#)

Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA



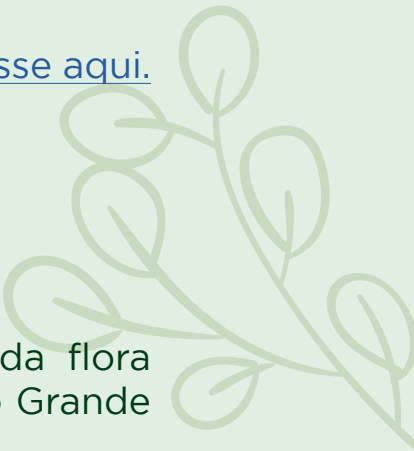
- Resolução CONAMA 441 de 2012. Aprova a lista de espécies indicadoras de vegetação de restinga para o Estado do Rio Grande do Sul. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 428 de 2010. Dispõe sobre a autorização do órgão gestor da UC no âmbito do licenciamento. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 423 de 2010. Dispõe sobre os parâmetros básicos para definição de estágios sucessionais de campos de altitude. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 417 de 2009. Dispõe sobre os parâmetros básicos para definição de estágios sucessionais nas Restingas de Mata Atlântica. Vinculada a CONAMA n.º 441 de 2012. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 411 de 2009. Procedimentos para indústrias consumidoras e transformadoras de produtos florestais. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 404 de 2008. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 369 de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais que possibilitam intervenções em Áreas de Preservação Permanente. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 237 de 1997. Regulamenta os aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Lei Federal 6.938 de 1981. [Acesse aqui.](#)
 - Resolução CONAMA 33 de 1994. Define os critérios para definição de estágios sucessionais no Bioma Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul. [Acesse aqui.](#)
- 




Leis Estaduais

- Lei nº 15434/2020 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. [Acesse aqui.](#)
- Lei 13.761 de 2011. Institui o Cadastro Técnico Estadual e TCFA. [Acesse aqui.](#)
- Lei 11.877 de 2002. Dispões sobre a imposição e gradação da penalidade ambiental e dá outras providências. [Acesse aqui.](#)
- Lei 10.350 de 1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. [Acesse aqui.](#)
- Lei 10.330 de 1994. Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado e dá outras providências. [Acesse aqui.](#)
- Lei 9.519 de 1992. Código Estadual Florestal. [Acesse aqui.](#)

Decretos Estaduais

- Decreto 52.109 de 2014. Declara as espécies da flora nativa ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul. [Acesse aqui.](#)
 - Decreto 51.797 de 2014. Declara as espécies da fauna nativa ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul. [Acesse aqui.](#)
 - Decreto 55.228, DE 30 DE ABRIL DE 2020. Dispõe sobre o funcionamento dos órgãos de julgamento das infrações administrativas ambientais no âmbito do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA, de que tratam o inciso V do art. 5º da Lei nº 10.330, de 27 de dezembro de 1994, e o art. 114 da Lei nº 15.434, de 9 de janeiro de 2020. [Acesse aqui.](#)
- 

- 
- Decreto 41.420 de 2002. Regulamenta o Sistema Estadual de Produtos Florestais Nativos no Estado. [Acesse aqui.](#)
 - Decreto 37.033 de 1996. Regulamenta a lei 10.350 para outorga de uso da água. [Acesse aqui.](#)
 - Decreto Estadual nº 52.431/2015 - Dispõe sobre a implementação do Cadastro Ambiental Rural e define conceitos e procedimentos para a aplicação da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no Estado do Rio Grande do Sul. [Acesse aqui.](#)
 - Decreto Estadual nº 52.931/2015 - Dispõe sobre os procedimentos para a Outorga do Direito de Uso da Água e obtenção de Alvará de Obra de Reservatórios em empreendimentos de irrigação, bem como sobre procedimentos para acompanhamento da Segurança de Barragens. [Acesse aqui.](#)
 - Decreto nº 55.374 de 22/01/2020 - Regulamenta os arts. 90 a 103 da Lei nº 15.434 de 9 de janeiro de 2020, que dispõem sobre as infrações e as sanções administrativas aplicáveis às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente estabelecendo o seu procedimento administrativo no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, e os arts. 35 e 36 da Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as infrações e penalidades no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. [Acesse aqui.](#)

Instruções Normativas Estaduais



- Instrução Normativa SEMA nº 02/2002 - Trata dos procedimentos de licenciamento para o aproveitamento de árvores caídas por fenômenos naturais. [Acesse aqui.](#)
- Instrução Normativa SEMA nº 01/2018 - Estabelece procedimentos a serem observados para a Reposição Florestal Obrigatória no Estado do Rio Grande do Sul. [Acesse aqui.](#)

Ordens de Serviço DBIO

- Ordem de Serviço DEFAP/SEMA 001 de 2013. Suspende emissões de alvarás para corte da araucária. [Acesse aqui.](#)

Portarias Normativas Estaduais

- Portaria conjunta SEMA e FEPAM nº 03/2020, dispõe sobre os critérios e procedimentos para a assinatura do termo de cooperação entre Estado e municípios para a gestão da flora nativa na Mata Atlântica. [Acesse aqui.](#)
- Portaria SEMA 046 de 2014. Regra a colheita das folhas e frutos do Butia catarinenses. [Acesse aqui.](#)

Diretriz Técnica Estadual

- Diretriz Técnica Fepam 02/2018, dispõe sobre regramento interno de aplicação da Lei 11428/2006, em caso de intervenção na vegetação nativa para fins de loteamento e ou edificação, em zona urbana ou expansão urbana. [Acesse aqui.](#)

Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA

- Resolução CONSEMA 314 de 2016. Define outras atividades eventuais ou baixo impacto ambiental permitidas intervenções ou supressão em vegetação nativa e APP. [Acesse aqui.](#)
- Resolução CONSEMA 372 de 2018. Estabelece os empreendimentos e atividades considerados de impacto ambiental local. [Acesse aqui.](#)

Manuais de Procedimentos

- Manual de Redação da Presidência da República. Regras para redação oficial de documentos administrativos. 2018. [Acesse aqui.](#)

Links úteis:

- <https://www.sema.rs.gov.br/convenio-mata-atlantica>
- <https://www.sema.rs.gov.br/cartografia>
- <https://www.sema.rs.gov.br/legislacao-ambiental>
- <http://www.car.rs.gov.br/#/site>
- <http://www.ibama.gov.br/sinaflor>
- <https://www.car.gov.br/publico/municipios/downloads>
- <http://www.siout.rs.gov.br/sig/>
- <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/vegetacao/15842-biomas.html?=&t=o-que-e>
- <https://www.mma.gov.br/informma/item/271-mapa-da-%C3%A1rea-de-aplic%C3%A7%C3%A3o.html>
- <https://gis.fepam.rs.gov.br/sigbio/>
- http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases_geo.asp
- <http://mapas.sosma.org.br/dados/>
- <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ConsultaPublicaUC.do#CondicaoTaxonCP>

